

Nakano propõe câmbio administrado

BERND RADOWITZ/DOW JONES NEWSWIRES

Rio

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, rejeitou ontem a imposição de controle ao capital estrangeiro, ou quaisquer intervenções importantes no mercado de câmbio. Mantega reagiu a declarações feitas ontem de manhã por Yoshiaki Nakano, assessor do candidato do PSDB/PFL Geraldo Alckmin. Nakano defendeu uma série de mudanças na economia, inclusive a política de câmbio "administrado" e a meta de déficit zero. O controle do capital é contraproducente e não funcio-

nou quando foi testado no passado, afirmou Mantega.

Nakano disse que o governo brasileiro deverá se reservar o direito de impor eventual controle ao capital estrangeiro. No entanto, afirmou que esse con-

Assessor econômico do candidato tucano defende eventual imposição do governo ao capital estrangeiro; Mantega contesta

trole deverá ser "transitório" e apenas deverá entrar em vigor "em circunstâncias extraordinárias", declarou Nakano, que é professor de Economia da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getulio Vargas (FGV) e ajudou o PSDB na formulação da plataforma econômica do partido para as eleições deste ano.

Nakano, que foi secretário de Fazenda do governo Mário Covas, propôs também a criação de um fundo governamental especial administrado para regular o mercado de câmbio, destinado a ajudar a evitar a valo-

rização do real frente ao dólar, que tem afetado segmentos de exportação da economia brasileira nos dois últimos anos.

Mantega, em contraposição, disse que o real não está mais se fortalecendo, e o governo está administrando a taxa de câmbio. Desde outubro de 2005, o Banco Central do Brasil (BC) tem realizado quase que diariamente leilões para comprar dólares. O ministro da Fazenda rejeitou quaisquer outras intervenções diretas no câmbio.

O professor Nakano também exortou a adoção de uma política de eliminação gradual do déficit nominal. Atualmente, o governo tem como meta o superávit primário orçamentário igual a 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). O superávit primário, contudo, não inclui o pagamento do serviço da dívida. Com a inclusão do pagamento do serviço da dívida, o Brasil realmente tem um déficit nominal de aproximadamente 3,5% do PIB.

"As propostas de Nakano de redução dos gastos do governo em 3% do PIB são impossíveis de serem implementadas sem ameaçar os programas sociais", disse o ministro Mantega.